

Colégio pode ter cassada a licença por recusar alunos

DF - Educação
12 DEZ 1984 JORNAL DE BRASÍLIA

A secretária de Educação, Josephina Baiocchi, disse ontem que poderá cassar a autorização de funcionamento do Colégio Minas Gerais, se no regimento da escola não constar cláusula que dê liberdade à direção do estabelecimento para, a seu critério, admitir ou rejeitar alunos na escola. Baiocchi considerou absurda a decisão do diretor do Minas Gerais, José Pio de Abreu, de não aceitar a renovação de matrícula para os alunos cujos pais exigiram o cumprimento da legislação que disciplina o reajuste das mensalidades. Abreu, entretanto, argumenta que não houve discriminação, acrescentando, de qualquer forma, que o artigo 132 do seu regimento, faculta à escola a escolha de seus alunos.

Segundo ele, a escola está recebendo matrículas de qualquer aluno. "Esta história de discriminação começou porque uma mãe resolveu em agredir levando um gravador para servir como prova da nossa conversa sobre a renovação da matrícula do seu filho". Baiocchi disse que o Conselho de Educação recebeu denúncia dos pais, mencionando a discriminação não apenas desta mãe mas de todos os alunos que os pais participaram do movimento que exigiu o cumprimento da liminar do juiz Sebastião Fagundes de Deus, da 3ª Vara de Justiça Federal.

Montagem

O Departamento de Inspeção de Ensino da Secretaria de Educação vai fiscalizar a escola e verificar o teor do seu regimento.

O diretor da escola garante que não teme a vistoria do Departamento de Inspeção porque está agindo de forma legal. "Não estamos nem mesmo usando a legislação aprovada pelo Conselho, porque não está acontecendo a discriminação", disse.

Locaute

Esta não é a primeira vez que a direção do Colégio Minas Gerais se confronta com os pais. Em setembro passado, por se negar a cumprir a liminar do juiz Sebastião Fagundes de Deus, da 3ª Vara da Justiça Federal, o diretor da escola foi preso em flagrante, pela Polícia Federal. Ontem, a secretária de Educação foi ouvida, em audiência pública, pela Comissão do DF, para esclarecer esta paralisação de 73 escolas particulares e quais foram as medidas adotadas, à época, pelo GDF.

O senador Maurício Corrêa (PDT-DF) quis saber se a secretária tinha conhecimento do descumprimento da legislação por parte de algumas escolas e também porque a Secretaria de Educação não usou do mecanismo de intervenção para garantir as aulas.

Greve prorroga período escolar

O recesso escolar este ano não será muito diferente do que vem ocorrendo nos últimos anos. Mais uma vez os pais dos alunos das escolas da rede pública terão que adiar as viagens de férias porque, em decorrência de uma greve de 55 dias, o calendário escolar foi prorrogado até o final de dezembro. Na rede particular, a maioria dos estabelecimentos de ensino também teve que adiar, em pelo menos uma semana, o término do ano letivo por causa de greve de professores e da paralisação dos donos de escolas.

"Tive que modificar todos os meus planos de passar o Natal e o Ano Novo em Porto Seguro, porque as aulas do meu filho foram prorrogadas, até o próximo dia 14 e com recuperação até o dia 22 de dezembro", lamenta o advogado Tubertino da Silva Alvares, pai de Caio César da 6ª série do Sigma.

Valéria Nascimento, enata Rodrigues e Mierlei Gonçalves, todas do 1º ano do 2º grau da Escola Normal de Brasília, também tiveram de cancelar as suas viagens de fim de ano porque estarão em aula até o dia 22 de dezembro e caso tenham que fazer alguma recuperação, as atividades prosseguem até o dia 29.